

DI ACE 777595/94
CNF 1

1

GL-5287/94

[illegible]

MOBILIZAÇÃO POPULAR CONTRA O GOVERNO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Desde a instalação da CPI que investiga denúncias contra PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, nota-se uma intensa atividade política, desenvolvida por setores oposicionistas mais radicais, capitaneados pelo PT, no sentido de criar condições objetivas para o afastamento do Presidente da República, seja renunciando ao seu mandato, seja pelo impeachment.

Após ter liderado uma campanha visando a denunciar pressões por parte do Executivo na composição da Comissão, o PT passou a defender a tese de que "a CPI não devia ficar restrita às quatro paredes do Congresso", onde poderia sofrer influência de forças governistas, numa tentativa de esvaziar a sua atuação. Daí, segundo LULA, a "necessidade de colocar o povo como co-participante do processo de investigações, e do processo de consolidar a democracia no Brasil".

Com essa intenção, o PT e a CUT passaram a desenvolver ações junto a entidades representativas da sociedade civil organizada, no sentido de criar condições favoráveis a uma mobilização popular, num primeiro momento, defendendo a necessidade de se criarem condições para que a CPI levasse suas investigações até às últimas consequências.

Com esse intuito, estimulou manifestações públicas, com o engajamento de outros partidos políticos (PMDB, PSB, PSDB, PC do B, PPS, PDT e PC) e entidades civis (CGT, OAB, ABI, CNBB e UNE, dentre outras) para sensibilizar a opinião pública para a cobrança de um rigoroso acompanhamento das investigações. Em BELO HORIZONTE/MG, foi realizado o primeiro de uma série de atos públicos programados pelo PT e, já naquela ocasião, lideranças mais radicais passaram a defender a tese de impeachment ou renúncia.

Na vertente parlamentar, o PT, em plenário, liderava a escalada de pronunciamentos contrários ao Chefe do Executivo, enquanto que, nos entendimentos de gabinete, procurava criar condições para que, em caso do afastamento do Presidente, a sua substituição ocorresse sem traumas e em obediência aos preceitos constitucionais. Nesse sentido, chegou a participar de reuniões onde se discutiam fórmulas para criar um clima favorável à posse do vice-Presidente ITAMAR FRANCO.

FSI 101716
Z1: SEC - W/REL/00076/G-1/CAC/020792

Na medida em que a imprensa dava destaque aos depoimentos que mais comprometiam PC FARIAS, aproximando-o do Governo, criavam-se condições mais favoráveis à evolução da campanha de rua, que passou a ser denominada de "Movimento Democrático Contra a Impunidade", tendo como objetivo criar na sociedade um clima semelhante ao ocorrido por ocasião da campanha "Diretas Já", em 1984. O Anexo relaciona algumas manifestações realizadas e previstas.

Naquela ocasião, apesar da mobilização popular ter sido frustrada com a derrota, no Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira, sua magnitude propiciou a eleição indireta de TANCREDO NEVES, só possível com a defecção de parlamentares até então aliados ao Governo.

A intenção do PT em instrumentalizar os fatos em favor de sua estratégia política pode ser depreendida das declarações do Dep Fed JOSÉ DIRCEU (PT/SP), pronunciadas logo após a instalação da CPI.

"Toda a experiência política brasileira nos ensina que as crises, quando tratadas apenas em nível institucional, acabam na conciliação das elites, quando não em retrocessos políticos. A composição da CPI e as tentativas de esvaziá-la são apenas o começo. As elites querem abafar a crise, aproveitando-se para tirar novas vantagens políticas e financeiras de COLLOR.

Por tudo isto, só a mobilização popular e a politização em torno da crise, ligando a corrupção do Governo à sua política neo-liberal, nos levará a uma saída que signifique não só a punição e o fim da corrupção institucionalizada, como uma alternativa democrática e popular. Isso se concretizará se aliarmos a pressão das ruas com um arco de alianças políticas capaz de impedir que a CPI seja desmoralizada pelos governistas e fisiologistas. A palavra está portanto com a militância, que deve passar à ação. Às ruas companheiras e companheiros".

Para viabilizar sua estratégia, o PT precisa atuar em mais duas frentes, a saber: imobilizar as ações do Executivo que possam reverter a tendência oposicionista que o Partido procura ampliar na opinião pública; e minar o apoio parlamentar ao Governo no Congresso Nacional.

No primeiro caso, através de acordos com outros partidos de oposição, procurará obstruir a pauta de votação dos projetos de interesse do Executivo e que tenham repercussão popular. Desenvolverá, ainda, ações visando a criar dificuldades à política econômica, tais como o incentivo às greves e a instrumentalização do boato.

4

No segundo, contando com o "enfraquecimento" do Presidente, poderá atuar junto às hostes governistas, explorando o sentimento de sobrevivência política em um ano eleitoral. A apresentação, pelo Sen EDUARDO SUPLICY (PT/SP), de uma fita de vídeo, contendo declarações do então governador de ALAGOAS, FERNANDO COLLOR, desfavoráveis ao atual Ministro JORGE BORNHAUSEN, é um exemplo desse procedimento.

* * *

ANEXO: Relação de manifestações realizadas e previstas.

ANEXO

PROGRAMAÇÃO DE ATOS PÚBLICOS CONTRA O GOVERNO FEDERAL

- 02 JUL - Em SALVADOR/BA, a CUT aproveitou as comemorações da "Independência da BAHIA" para dar início à "Campanha pelo Impeachment do Presidente COLLOR", no Estado.
- Em JOÃO PESSOA/PB, no Centro da cidade, ato público denominado "Arrastão Anti-COLLOR", ocasião em que foram lançados os candidatos a Prefeito e vice-Prefeito, numa coligação PT/PC do B.
- 03 JUL - Em SÃO PAULO/SP, na Praça da Sé, ato público como parte integrante da "Campanha pelo impeachment do Presidente COLLOR".
- Em PORTO ALEGRE/RS, às 17:00h, na Rua da Praia, ato público "contra a corrupção e pela moralidade da administração".
- Em PORTO ALEGRE/RS, às 19:00 horas, na Assembléia Legislativa, debate com o Senador JOSÉ PAULO BISOL (PSB/RS) e os Deputados JOSÉ DIRCEU (PT/SP), WILSON MÜLLER (PDT/RS) e ODACIR KLEIN (PMDB/RS), integrantes da CPI destinada a apurar denúncias de corrupção contra PAULO CÉSAR FARIAS.
- No RIO DE JANEIRO, às 15:00hs concentração no prédio do Ministério da Educação seguida de passeata até a Cinelândia onde será realizado ato público com o comparecimento de parlamentares do PT entre eles BENEDITA DA SILVA, candidata do partido à Prefeitura do RIO DE JANEIRO/RJ.
- Paralelamente, o PT pretende, durante o transcurso da Plenária Estadual da CUT - prevista para o período de 03 a 05 Jul, no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ - mobilizar outras categorias profissionais para aderirem à "Jornada Nacional de Luta Contra a Corrupção". Além disso, pretende iniciar um processo de conscientização na área estudantil para propagar, através de manifestações pública, a campanha "Fora COLLOR-Já".
- Em FORTALEZA, PC do B, PT, CUT e o setor MR-8 da CGT, juntamente com outras entidades, lançam, na Praça José de Alencar, a campanha "Impeachment - Chega de corrupção".
- 05 JUL - Em SÃO PAULO, no Vale do Anhangabaú, ato público "contra o Governo Federal".

- 07 JUL - Em BRASÍLIA/DF, na rampa do Congresso Nacional, ato público "pela democracia contra a impunidade".
- No RIO DE JANEIRO/RJ, às 19:00hs Vigília pela Ética na Política e pela Democracia, no Teatro de Arena da UFRJ, quando mais de 200 entidades lerão 12 artigos da Constituição que lembra os princípios fundamentais de ética na política, dos direitos sociais da democracia e das responsabilidades do Presidente da República. Entre esses artigos está o 86, que define o julgamento e o impeachment do Presidente. A idéia de HERBERT DE SOUZA - o Betinho -, um dos organizadores, é repetir a vigília já realizada em 23 Jun em BRASÍLIA. Entre as entidades que deverão participar estão a OAB, CNBB, ABI e a SBPC.
- 10 JUL - Em SÃO BERNARDO/SP, na Câmara Municipal, plenária para organizar um "tribunal popular para julgar o Governo COLLOR".

...

